

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023 e
relatório dos auditores independentes

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balço patrimonial	10
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	14
Demonstração do fluxo de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	16



MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (“Montes Claros” ou “Companhia”)** para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (“Montes Claros” ou “Companhia”)** atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 13 anos de existência. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção de quatro subestações e 151,01 km de linhas com capacidade instalada de 138/345/500kV, autorizada conforme Contrato de Concessão nº 005/2009.

Transmissão

Contando com quatro subestações nas tensões de 138/345/500kV e 151,01 km de linhas de transmissão em 345 kV, a área de transmissão da Outorgada transporta energia recebida do Sistema Interligado (vide detalhamento no quadro abaixo). Além de usar suas linhas de transmissão para prover energia a consumidores em Monte Claros (Minas Gerais), a Outorgada transmite energia para outras empresas usuárias do Sistema Interligado Brasileiro.

Linhas de Transmissão e transformadores em Operação - Características Físicas

Linhas de Transmissão	Circuito	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
LT 345 kV MONTES CLAROS 2 /PIRAPORA 2 C-1	1	345	151,01	--	13/05/2013	12/07/2040
Transformador	Quantidade	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
TR 345/138 kV PADRE FIALHO	2	345/138	--	300	2013	2040
TR 500/345 kV ITABIRITO 2	2	500/345	--	1120	2013	2040

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

Linhas de Transmissão / Transformador	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LT LTMC	LTMC	61.008	61.008	2025	Junho	IPCA



Proporcionalmente à parte da Companhia, estes projetos de transmissão consumiram R\$ 69.254 mil de investimentos até 31/12/2023 (R\$ 44.404 mil até 31/12/2022). Abaixo demonstramos a evolução do projeto:

Projetos de Linhas – Evolução Física e Investimentos				
Linha de transmissão - R\$ Mil	Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado até 31/12/2022	Evolução Física em 31/12/2023	Controladora
				Investimento realizado até 31/12/2023
Sociedade de Propósito Específico				
SE Padre Fialho - Autotransformer Bank	67%	38.884	33%	58.175
SE Padre Fialho - Two Bays for CEMIG	62%	4.745	38%	7.557
SE Padre Fialho - 3rd Bay	22%	775	78%	3.522
Total		44.404		69.254

Em 31/12/2022, o projeto de reforço SE Padre Fialho - Autotransformer Bank (REA N° 9.289/20) atingiu uma evolução física de 67% da conclusão do projeto. Em 31/12/2023, o projeto atingiu uma evolução física acumulada de 100% da conclusão do projeto, de forma que alcançou a previsão de início de operação comercial determinada.

Em 31/12/2022 o projeto de reforço SE Padre Fialho - Two Bays for CEMIG (PA ONS 0090/20) atingiu uma evolução física de 62% da conclusão do projeto. Em 31/12/2023, o projeto atingiu uma evolução física acumulada de 100% da conclusão do projeto, de forma que alcançou a previsão de início de operação comercial determinada.

Em 31/12/2022, o projeto de reforço SE Padre Fialho - 3rd Bay (PA ONS 0115/21) atingiu uma evolução física de 22% da conclusão do projeto. Em 31/12/2023, o projeto atingiu uma evolução física acumulada de 100% da conclusão do projeto, porém postergou em 1 mês o início de operação comercial em relação a previsão de início determinada.

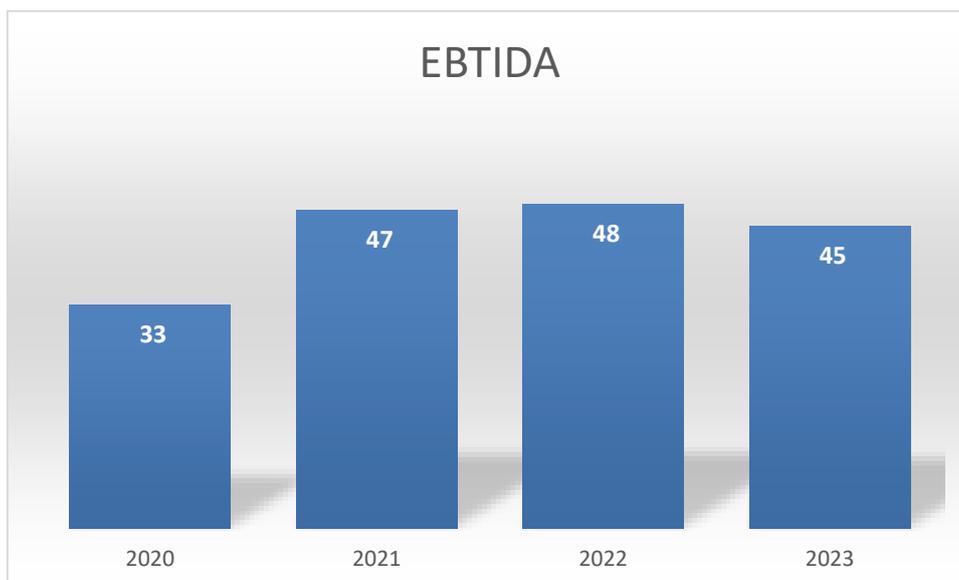
Em vista das linhas em operação, da entrada em operação comercial das linhas em construção, inclusive dos novos reforços com respectiva RAP e autorizados pela ANEEL e dos projetos vencidos mediante licitação, a RAP é de R\$ 63,6 milhões para 2024 (evolução de 5% em relação a 2023) e de R\$ 66 milhões para 2025 (evolução de 4 % em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
51.818	61.008	63.647	66.012	68.323	70.714	73.189

Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 21 milhões, contra R\$ 8 milhões em 2022, um crescimento de 63%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 58 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 49 milhões. Esse aumento de 16 % resulta da os efeitos do reajuste médio tarifário que em 2023.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 9% contra 3% em 2022. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 45 milhões, inferior em 7% a 2022, que foi de R\$ 48 milhões, conforme evolução abaixo:



Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	
Auditor Independente	2023
KPMG Auditores Independentes	35.450
Total	35.450

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos acionistas e Diretores da

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. a cumprir os requisitos da agência reguladora ANEEL. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo imobilizado e intangível

Veja a Nota 4.1, 12 e 13 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2023 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 303.533 mil referente ao seu ativo imobilizado e intangível.</p> <p>Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais e vida úteis de depreciação são determinadas pelo órgão regulador.</p> <p>Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado e intangível como principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados com o processo de análise e mensuração dos gastos de concessão reconhecidos como imobilizado e intangível;(ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e intangível;(iii) em bases amostrais, realizamos testes de inspeção documental e confronto com saldos contábeis nas adições e baixas ocorridas no imobilizado e intangível ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023;(iv) recálculo da depreciação com base nas vidas úteis determinadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”);(v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis regulatórias. <p>– Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do imobilizado e intangível, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outros assuntos

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 1 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias, de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

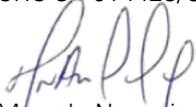
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC/RJ-086312/O-6

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	9.799	16.633
Concessionárias e permissionárias	10	6.976	5.050
Contas a receber - partes relacionadas	25	282	317
Almoxarifado	11	4.058	4.009
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		75	75
Outros impostos a recuperar		120	101
Outros ativos circulantes		584	324
		21.894	26.509
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	9	2.698	2.576
Outros ativos não circulantes	14	194	1.648
Imobilizado não vinculado à concessão	12	418	504
Imobilizado	12	302.079	292.595
Intangível	13	1.036	607
		306.425	297.930
Total do ativo		328.319	324.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros	15	1.813	4.095
Fornecedores - partes relacionadas	25	1.821	1.463
Outros passivos circulantes		811	651
Empréstimos e financiamentos com terceiros	16	7.873	6.447
Imposto de renda e contribuição social a pagar		670	512
Outros impostos a pagar		398	609
Taxas regulamentares		803	833
Dividendos propostos	18	302	377
		14.491	14.987
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	16	75.798	79.399
Provisão para contingências	17	195	95
		75.993	79.494
Patrimônio líquido	18		
Capital social		300.025	300.025
Retenção de Lucros		80.937	64.263
Reserva Legal		6.416	4.827
Prejuízo acumulado		(149.543)	(139.157)
		237.835	229.958
Total do passivo e do patrimônio líquido		328.319	324.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	58.159	49.063
Custo da operação	20	<u>(21.935)</u>	<u>(20.250)</u>
Lucro bruto		36.224	28.813
Despesas gerais e administrativas	21	(2.572)	(4.105)
Outras despesas operacionais líquidas		<u>(361)</u>	<u>(484)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		33.291	24.224
Resultado financeiro	23	<u>(9.316)</u>	<u>(13.876)</u>
Receita financeira		1.617	2.109
Despesa financeira		(10.933)	(15.985)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>23.975</u>	<u>10.348</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	<u>(2.584)</u>	<u>(2.405)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>21.391</u>	<u>7.943</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	21.391	7.943
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	21.391	7.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	285.025	3.331	38.781	(117.172)	209.965
Aumento de capital	15.000	-	-	-	15.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.943	7.943
Constituição de reserva legal	-	1.496	-	(1.496)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	28.148	(28.148)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(284)	(284)
Dividendos Intermediários	-	-	(2.666)	-	(2.666)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	300.025	4.827	64.263	(139.157)	229.958
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.391	21.391
Constituição de reserva legal	-	1.589	-	(1.589)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	29.885	(29.885)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(303)	(303)
Dividendos Intermediários	-	-	(13.211)	-	(13.211)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	300.025	6.416	80.937	(149.543)	237.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		23.975	10.348
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	16	10.079	15.023
Depreciação e amortização	12/ 13	12.722	11.068
Baixa de imobilizado e intangível	12/ 13	15	15
Rendimento títulos e valores mobiliários	9	(324)	(232)
Provisão para perda de crédito esperada	10	3	260
Provisão para contingências	17	100	(955)
Custo da transação de financiamento	16	(1.561)	(537)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(1.929)	(645)
Contas a receber – partes relacionadas		35	(198)
Imobilizado e intangível		1.851	-
Títulos e valores mobiliários	9	50	35
Almoxarifado		(49)	(35)
Outros impostos a recuperar		(19)	-
Outros ativos		1.194	1.343
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		(2.282)	3.685
Fornecedores – partes relacionadas		358	(415)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(304)	(607)
Outros impostos a pagar		4.210	5.538
Taxas regulamentares		(30)	332
Outros impostos pagos		(4.421)	(5.245)
Outros passivos		160	79
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		43.833	38.857
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(2.123)	(1.669)
Juros pagos	16	(6.983)	(6.738)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		34.727	30.450
Aquisição de imobilizado e intangível	12/ 13	(24.415)	(46.890)
Aplicação títulos e valores mobiliários	9	-	(1.344)
Resgate títulos e valores mobiliários	9	152	769
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(22.263)	(47.465)
Aumento de capital	18	-	15.000
Empréstimos e financiamentos pagos	16	(3.710)	(1.921)
Dividendos pagos	18	(13.588)	(2.882)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(17.298)	10.197
(Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(6.834)	(6.818)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16.633	23.451
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		9.799	16.633

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (“Montes Claros” e/ou “Companhia”) é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 – sala 1511 – Centro – Rio de Janeiro, com filial em Montes Claros – MG.

A Companhia iniciou suas operações em 12 de agosto de 2014, e tem por objetivo social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China

1.1 Da Concessão

Em 19 de janeiro de 2010, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A., acionista da Companhia à época, foi declarada vencedora do Leilão Público da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nº 005/2009 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica. Depois da aprovação da ANEEL, a Lintran do Brasil Participações S.A. passou a ser acionista majoritária da Companhia.

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, por meio ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2010 pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais:

- (i) Linha de transmissão 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 162 km, com origem na Subestação Pirapora 2 e término na Subestação Montes Claros 2, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 151 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Subestação Itabirito 2 em 500/345 kV - 560 MVA.
- (iii) Subestação Padre Fialho em 345/138 kV - 150 MVA.
- (iv) Entradas de linha e interligação de barras, barramentos, compensador estático, transformador defasador 138/138 kv 150 MVA, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, projeção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações de transmissão descritas acima entraram em operação comercial em maio de 2013 (linha de transmissão em setembro de 2012 e subestação Padre Fialho em maio de 2013), exceto

a subestação Itabirito 2, que iniciou suas atividades comerciais em 09 de agosto de 2014 e teve a conclusão da sua construção em junho de 2014. São ainda de responsabilidade da Companhia:

- (a) **SE Itabirito 2** - Trecho de linha de transmissão em 500 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 2 km, entre o ponto de seccionamento da LT, em 500 KV São Gonçalo do Pará - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 1 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 Kv Jeceaba - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações São Gonçalo do Pará, Ouro Preto 2 e Jeceaba;
- (b) **SE Padre Fialho** - Trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 0,10 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 Kv Vitória - Ouro Preto 2 e a SE Padre Fialho; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Vitória e Ouro Preto 2.

Os equipamentos e instalações descritos nos itens (e) e (f) deverão ser transferidos sem ônus para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. e para Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente, concessionárias de transmissão proprietárias das subestações e das citadas linhas de transmissão que serão seccionadas.

De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.289/2020, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia, a implantar os reforços em instalação de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2020-003 - SE Padre Fialho: 2º Banco de Transformadores 1Φ 345/138 kV – 3x50 MVA.

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato.

O valor anual definido para a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 20.916 (histórico) e será corrigido anualmente no mês de julho pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 48.947 (quarenta e oito milhões, novecentos e quarenta e seis mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 54.689 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e nove mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 4 de julho de 2023 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 67.329 (sessenta e sete milhões, trezentos e vinte e nove mil) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de abril de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Conversão de Saldos em estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da

entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais Práticas contábeis regulatórias (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e 5 Resumo das práticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas páginas 20 a 26, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL.

Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 12 - Imobilizado e nota explicativa 13 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4.3 Obrigações especiais vinculadas à concessão

A obrigação especial trata-se de uma doação compulsória que a empresa tem que receber devido a compartilhamentos de subestações. Conforme definições do Manual de Contabilidade do Setor

Elétrico o saldo de obrigações especiais deverá ser amortizado aplicando-se a taxa média da atividade.

5 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5.3 Almojarifados

Os almojarifados são compostos essencialmente por materiais de almojarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício

e máquinas equipamentos para substituição do ativo imobilizado que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos almoxarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almoxarifados de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5 Impostos

Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%.

Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% e 32% para IRPJ e 12% e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

5.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são

revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência

5.10 Instrumentos financeiros.

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e

mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) -** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- **Custo amortizado -** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) -** O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros -** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.12 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras regulatórias da companhia.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 13, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações contábeis regulatórias a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

7 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		21.894	50.923	72.817	26.509	49.300	75.809
Caixa e equivalentes de caixa		9.799	-	9.799	16.633	-	16.633
Concessionárias e permissionárias		6.976	-	6.976	5.050	-	5.050
Contas a receber – partes relacionadas		282	-	282	317	-	317
Estoques		4.058	-	4.058	4.009	-	4.009
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		75	-	75	75	-	75
Outros impostos a recuperar		120	-	120	101	-	101
Ativos de contrato	a	-	50.923	50.923	-	49.300	49.300
Outros ativos circulantes		584	-	584	324	-	324
Ativo não circulante		306.425	131.217	437.642	297.930	120.834	418.764
Títulos e valores mobiliários		2.698	-	2.698	2.576	-	2.576
Ativo de contrato	a	-	433.646	433.646	-	413.940	413.940
Outros ativos não circulantes		194	-	194	1.648	-	1.648
Imobilizado não vinculado à concessão		418	-	418	504	-	504
Imobilizado	b	302.079	(301.399)	680	292.595	(292.505)	90
Intangível	b	1.036	(1.030)	6	607	(601)	6
		328.319	182.140	510.459	324.439	170.134	494.573

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		14.491	-	14.491	14.987	-	14.987
Fornecedores terceiros		1.813	-	1.813	4.095	-	4.095
Fornecedores partes relacionadas		1.821	-	1.821	1.463	-	1.463
Outros passivos circulantes	f	811	-	811	651	-	651
Empréstimos e financiamentos com terceiros		7.873	-	7.873	6.447	-	6.447
Imposto de renda e contribuição social a pagar		670	-	670	512	-	512
Outros impostos a recuperar		398	-	398	609	-	609
Taxas regulamentares		803	-	803	833	-	833
Dividendos propostos		302	-	302	377	-	377
		75.993	32.597	108.590	79.494	30.977	110.471
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos		75.798	-	75.798	79.399	-	79.399
Provisão para contingências		195	-	195	95	-	95
Impostos diferidos	c	-	32.597	32.597	-	30.977	30.977
		237.835	149.543	387.378	229.958	139.157	369.115
Patrimônio líquido							
Capital social		300.025	-	300.025	300.025	-	300.025
Retenção de lucros		80.937	-	80.937	64.263	-	64.263
Reserva legal		6.416	-	6.416	4.827	-	4.827
Prejuízo acumulado	d/e	(149.543)	149.543	-	(139.157)	139.157	-
		328.319	182.140	510.459	324.439	170.134	494.573

		31/12/2023			31/12/2022		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	58.159	23.211	81.370	49.063	56.794	105.857
Custo da operação	e	<u>(21.935)</u>	<u>(12.084)</u>	<u>(34.019)</u>	<u>(20.250)</u>	<u>(32.992)</u>	<u>(53.242)</u>
Lucro bruto		36.224	11.127	47.351	28.813	23.802	52.615
Despesas gerais e administrativas		(2.572)	-	(2.572)	(4.105)	-	(4.105)
Outras (despesas) / receitas operacionais		<u>(361)</u>	<u>-</u>	<u>(361)</u>	<u>(484)</u>	<u>-</u>	<u>(484)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		33.291	11.127	44.418	24.224	23.802	48.026
Resultado financeiro		<u>(9.316)</u>	<u>-</u>	<u>(9.316)</u>	<u>(13.876)</u>	<u>-</u>	<u>(13.876)</u>
Receita financeira		1.617	-	1.617	2.109	-	2.109
Despesa financeira		<u>(10.933)</u>	<u>-</u>	<u>(10.933)</u>	<u>(15.985)</u>	<u>-</u>	<u>(15.985)</u>
Lucro antes dos impostos		23.975	11.127	35.102	10.348	23.802	34.150
IRPJ e CSLL correntes	c	(2.584)	-	(2.584)	(2.405)	-	(2.405)
IRPJ e CSLL diferidos	c	<u>-</u>	<u>(742)</u>	<u>(742)</u>	<u>-</u>	<u>(1.816)</u>	<u>(1.816)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>21.391</u>	<u>10.385</u>	<u>31.776</u>	<u>7.943</u>	<u>21.986</u>	<u>29.929</u>

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido Societário	387.378	369.115
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(484.569)	(463.240)
Imobilizado	301.399	292.505
Intangível	1.030	601
Impostos Diferidos Passivos	32.597	30.977
Patrimônio Líquido Regulatório	237.835	229.958

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido Societário	31.776	29.929
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(48.904)	(43.350)
Margem de construção	25.438	(14.403)
Outras receitas	(624)	(1.193)
PIS/COFINS Diferido	879	2.152
Depreciação regulatória	(12.538)	(10.964)
Custo de operação e manutenção	(228)	304
Custo de construção	24.850	43.652
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	742	1.816
Lucro Líquido Regulatório	21.391	7.943

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece receita de construção.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas DFs baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece o custo do investimento e da construção

f. Outros passivos não circulantes – (Obrigações Especiais).

As obrigações especiais são ativos vinculados à concessão, amortizadas conforme a taxa média de depreciação do grupo do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos, nota explicativa 4.3 - Resumo das principais práticas contábeis regulatórias materiais.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Banco	997	546
Aplicações financeiras (i)	8.802	16.087
	<u>9.799</u>	<u>16.633</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média em de 102,77% do CDI em 2023 e de 100,64% do CDI em 2022.

- (i) Apesar de um aumento na receita referente ao reajuste anual de RAP e correção da inflação, a Companhia teve uma variação negativa no caixa, principalmente, devido aos pagamentos feitos para o projeto de reforço Padre Fialho e ao maior pagamento de dividendos no valor de R\$ 13.587 (trezentos milhões, quinhentos e oitenta e sete mil reais) comparados com o valor pago em 2022 de R\$ 2.882 (dois milhões, oitocentos e oitenta e dois mil reais).

9. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Conta reserva – financiamentos (i)	2.698	2.576
	<u>2.698</u>	<u>2.576</u>

- (i) O percentual de amortização média aumentou de 0,205% em 2022 para 0,378% em 2023, consequentemente aumentando o valor do depósito em garantia.

Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referente as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A.

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida e mais 50% da última prestação mensal de juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

10 Concessionárias e permissionárias

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria.

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	6.049	4.919
Vencidas até 30 dias	15	7
Vencidas até 60 dias	153	3
Vencidas até 90 dias (i)	391	5
Vencidas até 120 dias (i)	133	5
Vencidas até 180 dias (i)	85	257
Vencidas de 181 a 360 dias	45	33
Vencidas há mais de 360 dias (i)	403	116
	7.274	5.345
(-) Provisão para perda de Crédito esperada (PCE) (ii)	(298)	(295)
	6.976	5.050

(i) O aumento em 2023 é decorrente das provisões de AVCs complementares referentes a rescisões de contrato dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia ainda não recebidos.

(ii) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(295)	(35)
Reversão de provisão	-	9
Complemento de provisão (i)	(3)	(269)
Saldo final	(298)	(295)

(i) A movimentação refere-se principalmente ao AVC complementar do grupo Quinturaré, que foi provisionado em 2022 e ainda não foi recebido.

11 Almoxarifado

	31/12/2023	31/12/2022
Almoxarifado de manutenção e operação	4.058	4.009
	4.058	4.009

Nesse grupo são classificadas as peças de almoxarifado consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

12. Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	337.937	-		66.567	404.504	66.567	(106.131)	298.373	244.299
Terrenos	4.678	-	-	-	4.678	-	-	4.678	4.678
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.294	-	-	1.273	10.567	1.273	(3.103)	7.464	6.536
Máquinas e equipamentos	323.345	-	-	65.282	388.627	65.282	(102.730)	285.897	232.692
Veículos	492	-	-	-	492	-	(220)	272	335
Móveis e utensílios	128	-	-	12	140	12	(78)	62	58
Administração	187	-	-	691	878	691	(198)	680	90
Máquinas e equipamentos	187	-	-	-	187	-	(124)	63	90
Veículos	-	-	-	691	691	691	(74)	617	-
	338.124	-	-	67.258	405.382	67.258	(106.329)	299.053	244.389
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	48.206	23.253	(1.866)	(66.567)	3.026	(45.180)	-	3.026	48.206
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	69	-	(69)	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	163	171	(7)	(246)	81	(82)	-	81	163
Móveis e utensílios	9	3	-	(12)	-	(9)	-	-	9
Outros	48.034	23.010	(1.859)	(66.240)	2.945	(45.098)	-	2.945	48.034
Administração	-	691	-	(691)	-	-	-	-	-
Outros	-	691	-	(691)	-	-	-	-	-
	48.206	23.944	(1.866)	(67.258)	3.026	(45.180)	-	3.026	48.206
Ativo imobilizado	386.330	23.944	(1.866)	-	408.408	22.078	(106.329)	302.079	292.595

Ativo não vinculado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	865	-	-	-	865	-	(447)	418	504
Ativo não vinculado	865	-	-	-	865	-	(447)	418	504

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	404.504	(106.131)	298.373	244.299
Administração	7,51%	878	(198)	680	90
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	865	(447)	418	504
		406.247	(106.776)	299.471	244.893

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaletas	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão (i)	
Máquinas e equipamentos	10,00%

- (i) O ativo imobilizado não vinculado a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

12.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	69
Máquinas e Equipamentos	172
Móveis e Utensílios	3
Projetos - diversos	23.009
	23.253

Adições do ativo imobilizado em curso	Veículos
Outros	691
	691

12.2 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço em 2023

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. AUTOTRAFO 8AT2-AZ,TENS. P. 199.186V, T.SEC. 79.674V,50.000KVA, MONOF. COMUTADOR SOB CARGA, PROLEC, AMOC-NF, 2022, 111883/01, SETOR ATR 8AT2	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.170
2. AUTOTRAFO 8AT2-BR, TENS.P. 199.186V, T.SEC. 79.674V, 50.000KVA, MONOF. COMUTADOR SOB CARGA, PROLEC, AMOC-NF, 2022, 111883/02, SETOR ATR 8AT2	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.170
3. AUTOTRAFO 8AT2-VM, TENS.P. 199.186V, T.SEC. 79.674V, 50.000KVA, MONOF. COMUTADOR SOB CARGA, PROLEC, AMOC-NF,2022, 111883/03, SETOR ATR 8AT2	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.170
4. DJ. 8511, 362.000V, COR.NOM.3.150A, ISOLAM. A GAS (SF6),CAP. INTER. KA: 50,00, GE, MOD. GL315, 2022, SERIE 361200010001, VAO 345 KV ATR 8AT2	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.298
5. DJ. 8411, 362.000V, COR.NOM.3.150A, ISOLAM. A GAS (SF6),CAP. INTER. KA: 50,00, GE, MOD. GL315, 2022, SERIE 361200010002, VAO 345 KV ATR 8AT2	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.298
6. CUBICULO CUB2 15 KV, 5 COL.(CB5-INTERLIG RESERVA-CB6 FZ A-CB7 FZ-CB8	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.075
7. MEDICAO FZ V-CB9, FUNCAO: SERV. AUX., LUCY ELETRIC, SMARTCLADEX DJ 6212,145.000V, COR.NOM. 2.000A, A GAS SF6, CAP. INTERRUP. KA: 40,00, GE, GL312P-F1, ANO 2022, S. 3621200040002, VAO 138 KV LT JEQUERI	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	870
8. DJ 6232,145.000V, COR.NOM. 2.000A, A GAS SF6, CAP. INTERRUP. KA: 40,00, GE, GL312P-F1, ANO 2022, S.3621200010001, VAO 138 KV LT CARANGOLA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	870
9. EDIFICACAO CASA DE RELES - MONTES CLAROS EM ALVENARIA, COM SALA DE PAINEIS (13.99 X 6,30 = 88 M2), LOCAL: PATIO	EDIFICACOES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	774
10. EQUIPAMENTOS DE SERVICO SISTEMA DE TESTE DE TRANSFORMADOR, OMICRON, MODELO CPC 100, LOCAL: CASA DE COMANDO DA MONTES CLAROS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	669
Total das adições		31.364

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. CAMINHONETE IVECO DAILY 35CS. DIESEL POT.160 CV, P8, 4X2, PBT 3.500KG,CMT 6.500 KG, MOD: 23458MVS: 2, 2022/2022, CHASSI 93ZC635BZN8200501	VEÍCULOS	244
2. CESTA AEREA ISOLADA PLATAFORMA AEREA DUPLA ARTICULADA SOCAGE FORSTE, SOCAGE, MODELO DA320	VEÍCULOS	447
Total das adições		691

12.3 As principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

Não houve baixas do ativo imobilizado em serviço para o exercício de 2023.

13. Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	619	-	-	186	805	186	(62)	743	597
Servidões	561	-	-	-	561	-	-	561	561
Softwares	58	-	-	186	244	186	(62)	182	36
Administração	8	-	-	1	9	1	(3)	6	7
Licença de Uso de Software	8	-	-	1	9	1	(3)	6	7
	627	-	-	187	814	187	(65)	749	604
Ativo intangível em curso									
Transmissão	3	470	-	(186)	287	284	-	287	3
Servidão	-	115	-	-	115	115	-	115	-
Softwares	3	282	-	(186)	99	96	-	99	3
Depósitos Judiciais	-	73	-	-	73	73	-	73	-
Administração	-	1	-	(1)	-	-	-	-	-
Softwares	-	1	-	(1)	-	-	-	-	-
	3	471	-	(187)	287	284	-	287	3
Ativo Intangível	630	471	-	-	1.101	471	(65)	1.036	607

b. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	805	(62)	743	597
Administração	10,00%	9	(3)	6	7
		814	(65)	749	604

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

13.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do intangível em curso	Valor
Transmissão	
Servidão	115
Softwares	283
Depósitos judiciais	73
	470

13.2 As principais adições/ transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Intangível - Transmissão			
1	LICENCA DE USO DE SOFTWARE OMICRON ENERGY SOLUTIONS, OMICRON, LOCAL: CASA DE COMANDO DA MONTES CLAROS	SOFTWARE	164
2	LICENCA DE USO DE SOFTWARE SIGET, E-GUANA, LOCAL: CASA DE COMANDO DA MONTES CLAROS	SOFTWARE	19
3	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS	SOFTWARE	1
4	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS	SOFTWARE	2
			186

Intangível - Administração			
1	LICENCA DE USO CESSAO E BASE DE DADOS	SOFTWARE	1
			1

13.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Não houve baixa de ativo intangível em serviço no exercício de 2023.

14 Outros ativos não circulantes

	31/12/2023	31/12/2022
Reembolsos (i)	194	95
Comissão de debentures (ii)	-	1.553
Projetos sociais BNDES	-	-
	<u>194</u>	<u>1.648</u>

- (i) Variação substancialmente referente a atualização monetária do processo 0063017-65.2011.8.13.0461 e complemento de provisão dos processos 0056077-71.2011.8.13.0433 e 0002096-09.2012.8.13.0461.
- (ii) A variação refere-se substancialmente a reclassificação para adequação contábil do custo da transação relacionado à emissão da debenture para o grupo de Empréstimos e Financiamentos no passivo não circulante como uma conta retificadora.

15 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para encerramento de obra (i)	1.678	-
Fornecedores relacionados à construção (ii)	3	3.928
Gastos ambientais e fundiários	3	11
Prestadores de serviços	85	64
Outros	44	92
	<u>1.813</u>	<u>4.095</u>

- (ii) Provisão referente a provisão de encerramento do projeto de reforço da subestação Padre Fialho em 2023.
- (iii) Variação refere-se substancialmente a compra de materiais para à implementação do projeto de reforço da subestação Padre Fialho em 2022.

16 Empréstimos e financiamentos

a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	ago/12	abr/29	(ii)	IPCA + 8,75% a.a.	<u>83.671</u>	<u>85.846</u>
					<u>83.671</u>	<u>85.846</u>
Circulante					7.873	6.447
Não circulante					<u>75.798</u>	<u>79.399</u>
					<u>83.671</u>	<u>85.846</u>

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial	Juros, variação	Liquidação juros	Liquidação principal	Custo de transação	Saldo final
-------------	---------------	-----------------	------------------	----------------------	--------------------	-------------

	Bruto monetária				a	Bruto
	31/12/2022	e cambial			amortizar	31/12/2023
Debêntures (c)	85.846	10.079	(6.983)	(3.710)	(1.561)	83.671
Total	85.846	10.079	(6.983)	(3.710)	(1.561)	83.671

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2022
Debêntures (c)	80.019	15.023	(6.738)	(1.921)	(537)	85.846
Total	80.019	15.023	(6.738)	(1.921)	(537)	85.846

Debêntures

Em 09 de agosto de 2012 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A., com desembolso em 15 de agosto do mesmo ano no valor de R\$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2020 com o término em 15 de abril de 2029.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,75% a.a.

Em 2023 houve pagamento de principal no valor de R\$ 3.710 (três milhões, setecentos e dez mil reais) e juros no valor de R\$ 6.983 (seis milhões, novecentos e oitenta e três mil reais).

c. Garantias Debentures

- Cessão de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Penhor dado por todos os acionistas em favor dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- Conta Reserva constituída no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.

d. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo)

	Amortização
2025	7.078
2026	8.974
2027	18.175
2028 – 2029	41.571
	75.798

e. Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Escritura da 2ª Emissão de Debêntures. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,3. O cálculo do referido índice em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é efetuado a partir do balancete societário auditado e é apresentado conforme abaixo:

(Valores em milhares de Reais, exceto pelo índice calculado)

<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
-------------------	-------------------

A) Geração de caixa da atividade	42.757	46.871
(+) LAJIDA (EBITDA)	44.881	48.540
(-) Imposto de Renda	(1.315)	(960)
(-) Contribuição Social	(809)	(709)
B) Serviço da Dívida	10.693	8.659
(+) Amortização de Principal	3.710	1.921
(+) Pagamento de Juros	6.983	6.738
C) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = (A) / (B)	4,0	5,4

•

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Contratual

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+) Lucro Líquido	31.776
(+) Despesas (receita) financeira líquida	9.315
(+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais	3.326
(+) Depreciações e amortizações	189
(+) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	276

A Companhia também deve apresentar o Índice de Capitalização com valor igual ou superior a 30%, conforme cálculos abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio Líquido (A)	387.378	369.114
Ativo Total (B)	510.459	494.572
Índice de Capitalização (A/B)	76%	75%

17 Provisão para contingência

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
----------	------------	------------

Servidão (i)	195	95
	<u>195</u>	<u>95</u>

- (i) O valor em questão é proveniente da exposição dos processos fundiários de constituição de servidão: 0002096-09.2012.8.13.0461, 0056077-71.2011.8.13.0433, 0063017-65.2011.8.13.0461 e 0050350-13.2012.8.13.0461 todos em fase recursal, sendo R\$ 58 (cinquenta e oito mil reais) a exposição de maior valor entre os processos.

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.050	1.050
Adições e reversões, líquidas (ii)	(955)	(955)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	95	95
	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	95	95
Adições e reversões, líquidas (ii)	49	49
Pagamentos	51	51
Saldo em 31 de dezembro de 2023	195	195

- (ii) Servidões: A variação decorreu de atualização monetária ocorrida em quatro casos nos quais se discute a constituição de servidão de passagem. São os Processos 0002096-09.2012.8.13.0461, no valor de R\$ 58.270 (cinquenta e oito mil reais), 0056077-71.2011.8.13.0433, no valor de R\$ R\$ 107 (cento e sete mil reais), 0063017-65.2011.8.13.0461, no valor de R\$ R\$ 50 (cinquenta mil reais) e 0050350-13.2012.8.13.0461, no valor de R\$ 53 (cinquenta e três mil reais), os quais tramitam perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Em todos os casos se aguarda decisão final de mérito pelo Poder Judiciário.

Contingências possíveis (não provisionados)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fundiários e de servidão e fiscais., conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Servidões (i)	84	73
Fiscal (ii)	25.670	22.675
	<u>25.754</u>	<u>22.748</u>

- (i) Servidões: A variação decorreu de atualização monetária ocorrida em dois processos fundiários ajuizados pela Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica. Os casos nos quais os temas aqui referidos são discutidos são os seguintes: 5002252-10.2021.8.13.0003, no valor de R\$ R\$ 68 (sessenta e oito mil mil reais) e 5002209-73.2021.8.13.0003, no valor de R\$ 16 (dezesesseis mil reais), todos do Estado de Minas Gerais.
- (ii) Fiscais: A variação decorreu de atualização monetária em três casos fiscais nos quais se discutem diversos tributos, tais como, IRPJ e CSLL. São os Processos 17227-720.122/2020-16, no valor de R\$ 13.770 (treze milhões, setecentos e setenta mil reais), 17227-720.121/2020-71, no valor de R\$11.896 (onze milhões, oitocentos e noventa e seis mil reais) e 10700.721809/2023-30, no valor de R\$ 14 (quatorze mil reais), todos com trâmite na esfera administrativa.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 300.025 (trezentos milhões, vinte e cinco mil reais) dividido em 300.025 (trezentos milhões, vinte e cinco mil) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
SGBH.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100,00%</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício societário, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Conforme demonstração financeira societária, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 80.937 (oitenta milhões, novecentos e trinta e sete mil reais) e R\$ 64.263 (sessenta e quatro milhões, duzentos e sessenta e três mil reais) respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada.

d. Prejuízos acumulados

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num prejuízo acumulado de R\$ 149.543 (cento e quarenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e três mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 139.157 (cento e trinta e nove milhões, cento e cinquenta e sete mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias absorvidos pela retenção de lucros.

e. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício societário	31.776	29.929
Reserva legal (5%)	(1.589)	(1.496)
Base de cálculo para os dividendos	<u>30.187</u>	<u>28.433</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>303</u>	<u>284</u>

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de dividendos que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data aprovação	Pagamento em 2023	Pagamento em 2022
AGO	26/04/2022	-	216
RCA	24/05/2022	-	2.666
AGO	26/04/2023	93	-
AGO	26/04/2023	284	-
RCA	12/06/2023	13.211	-
Total		13.588	2.882

19. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	62.697	52.964
Receita de rateio de antecipação	(961)	(1.168)
Receita de encargos de transmissão (i)	41.237	37.913
Recuperação de PIS e COFINS	2.210	1.904
Receita Rede de Fronteira	6.390	3.933
Receita de novas obras RBNI	11.738	9.563
Receita de CCT	790	-
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(1.771)	(1.537)
Indisponibilidade de equipamentos	(139)	(28)
Descontos Incidentes na TUST	3.203	2.379
	-	5
Deduções da receita operacional	(4.538)	(3.901)
PIS	(408)	(344)
COFINS	(1.882)	(1.589)
P&D	(581)	(491)
RGR	(1.440)	(1.284)
TFSEE	(227)	(193)
	58.159	49.063

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2023.

20. Custo da operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(6.181)	(6.023)
Material	(645)	(903)
Serviços de terceiros	(1.122)	(1.146)
Depreciação e amortização	(12.538)	(10.964)
Gastos diversos	(899)	(779)
Outros	(550)	(435)
	(21.935)	(20.250)

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(1.862)	(2.835)

Material	(49)	(78)
Serviços de terceiros	(374)	(596)
Arrendamentos e aluguéis	(169)	(181)
Recuperação de Despesas	136	83
Tributos	(20)	(8)
Depreciação e amortização	(102)	(30)
Provisões (ii)	60	(260)
Outras	(192)	(200)
	<u>(2.572)</u>	<u>(4.105)</u>

- (i) A variação observada decorreu da inclusão das empresas XRTE e STE no cálculo da Resolução 699 em julho de 2022, conforme detalhado na explicação contida na nota explicativa 25.
- (ii) Variação refere-se ao registro de perda de crédito esperada do grupo Quinturará que foi provisionado em 2022 e ainda não foi recebido. O saldo positivo em 2023 se deu devido à baixa de depósito judicial número 5002252-10.2021.8.13.0003.

22. Despesas com pessoal

Pessoal – operação	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(3.852)	(3.875)
Encargos	(1.387)	(1.331)
Previdência Privada	(47)	(37)
Outros Benefícios – Corrente	(836)	(743)
Outros	(59)	(37)
	<u>(6.181)</u>	<u>(6.023)</u>

Pessoal – administração	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(804)	(1.135)
Encargos	(270)	(439)
Previdência Privada	(19)	(7)
Benefícios	(150)	(206)
Despesas rescisórias	(3)	(3)
Outros	(53)	(253)
Administradores	(563)	(792)
	<u>(1.862)</u>	<u>(2.835)</u>
	<u>(8.043)</u>	<u>(8.858)</u>

23. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	<u>1.617</u>	<u>2.109</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	1.614	2.083
Outras receitas financeiras	3	26
Despesa financeira	<u>(10.933)</u>	<u>(15.985)</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos (ii)	(6.910)	(7.492)
Variações monetárias (ii)	(3.203)	(7.531)
Comissões	(701)	(695)
Outras despesas financeiras	(119)	(267)
	<u>(9.316)</u>	<u>(13.876)</u>

- (i) A diminuição no rendimento se refere a uma variação negativa no caixa, principalmente, devido aos pagamentos feitos para o projeto de reforço Padre Fialho e ao maior pagamento de dividendos no valor de R\$ 13.587 (trezentos milhões, quinhentos e oitenta e sete mil reais) comparados com o valor pago em 2022 de R\$ 2.882 (dois milhões, oitocentos e oitenta e dois mil reais), que gerou redução nas contas de aplicação
- (ii) Redução refere-se à variação do IPCA acumulado das Debêntures no período de junho 2022 (11,12%) e julho 2023 (3,28%).

24. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro presumido)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (8%) (i)	61.931	53.093
Receitas brutas (32%) (ii)	1.077	-
Base de cálculo (8%)	4.954	4.247
Base de cálculo (32%)	345	-
Outras receitas	1.715	2.334
Base de cálculo	7.014	6.581
IR devido	(1.730)	(1.621)
Total de IRPJ	(1.730)	(1.621)
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (8%) (i)	61.931	53.093
Receitas brutas (32%) (ii)	1.077	-
Base de cálculo (12%)	7.432	6.371
Base de cálculo (32%)	345	-
Outras receitas	1.715	2.334
Base de cálculo	9.491	8.705
CSLL devida	(854)	(784)
Total de CSLL	(854)	(784)
Total de IRPJ/CSLL	(2.584)	(2.405)

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP
- (ii) As receitas de CCT e CCI estão sendo tributadas mediante a aplicação da alíquota de presunção de 32% para IRPJ e CSLL.

25. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

25.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	282	317
Rateio Res. 699/16 - ANEEL	282	273
Outros	-	44

Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	-	24
Intercompany SPTE - Despesas gerais	-	20

25.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	1.821	1.463
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.820	1.463
Outros	1	-
Intercompany ETEE – Pgto de impostos	1	-

25.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	(5.210)	(6.960)
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	(5.058)	(6.784)
Aluguel (ii)	(152)	(168)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	(8)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação entre os exercícios de 2022 e 2023.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos e estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia. Em 17 de agosto de 2020 a Montes Claros assinou contrato com a SGSE para a prestação dos serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento, para análise, elaboração de estudos e projetos, ensaios e testes, verificação de conformidade em equipamentos e sistemas, bem como aprovação técnica para acesso da concessionária de transmissão Mantiqueira, na subestação de energia Itabirito 2. Em dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

25.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

31/12/2023	31/12/2022
------------	------------

Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	246	307
Benefícios diretos e indiretos	41	54
Encargos	121	183
Provisões (13 salário, férias e bônus)	155	248
Valor total da remuneração	563	792

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

26. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Exceto conforme detalhado no item 26.2 a seguir, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrados no item 26.1 abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

26.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	9.799	16.633
Títulos e valores mobiliários	9	2.698	2.576
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	25	282	317
Concessionárias e permissionárias	10	6.976	5.050
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos - terceiros	16	83.670	85.846

Fornecedores- partes relacionadas	25	1.821	1.463
Fornecedores - terceiros		1.813	4.095

26.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os pagamentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

- Saldo contábil: R\$ 83.670
- Cálculo valor justo: R\$ 84.827

A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

26.3 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em milhares de reais	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	9.799	16.633
Títulos de Valores Mobiliários	2.698	2.576

Contas a receber partes relacionadas	282	317
Concessionária e Permissionárias	6.976	5.050
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	83.670	85.846

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

27 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para

responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	246.877	246.877
Veículos	Carros	682	609
		267.559	267.486

29. Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 27.276 (vinte e sete milhões, duzentos e setenta e seis mil reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total do Contrato
LTMC-PM-2021-3909	E-GUANA	Sistema siget para LTMC- Padre Fialho (Aneel)	18/03/2021	10
LTMC-PM-2021-3965	Marte	Projeto Básico para LTMC -Padre Fialho	15/04/2021	20
LTMC-PM-2021-5333	PROLEC GE	Fornecimento de Equipamentos - Autotransformadores	06/01/2022	5.987
LTMC-PM-2021-4446	Grantel (REA)	Monofásicos		
LTMC-PM-2021-4446	(REA)	Contrato EPC - Autorizado pela ANEEL (R.E.A.)	20/09/2021	8.746
LTMC-PM-2022-6138	Arteche (REA)	IPARO - Fornecimento SPCS	01/09/2022	2.189
LTMC-PM-2022-6013	Brafer (REA)	IPARO - Fornecimento de Estruturas Metálicas	26/01/2022	1.061
LTMC-PM-2022-8291	BELLUNO VEÍCULOS LTDA	IPARO - Projeto Eletromecânico	08/12/2022	230
LTMC-PM-2021-5648	Ensiste (REA)	IPARO - fornecimento de estrutura pré-moldada da Casa de Relés, canaletas pré-moldadas e paredes corta-fogo pré-moldadas,	17/12/2021	138
LTMC-PM-2022-6034	Grid Solutions (GE) - (REA)	IPARO - Fornecimento de 05 Chaves Seccionadoras 362kV e 14 Chaves Seccionadoras 145kV	21/01/2022	2.295
LTMC-PM-2022-7343	Grid Solutions (GE) REA - (TA1 - Spare Parts)	IPARO - Fornecimento de Transformadores	21/01/2022	385
LTMC-PM-2022-5967	Hubbell (REA)	IPARO - Terraplenagem	21/03/2022	1.717
LTMC-PM-2022-7338	Hubbell REA - (TA1 - Spare Parts)	Peças de Reposição	21/03/2022	292
LTMC-PM-2022-5808	Pfiffner (REA)	Supply of TPs and TCS	26/01/2022	804
LTMC-PM-2022-7276	Pfiffner REA (TA1 - Spare Parts)	Peças de Reposição	26/01/2022	149
LTMC-PM-2022-7379	PROLEC GE (Spare Parts)	Peças de Reposição	01/08/2022	306
LTMC-PM-2021-4447	Grantel (PA1)	Contrato EPC - Parecer Autorizativo ONS (P.A.)	20/10/2021	1.789
LTMC-PM-2022-6139	Arteche (PA1)	IPARO - Fornecimento SPCS	15/06/2022	268
LTMC-PM-2022-6035	Grid Solutions (GE) (PA1)	IPARO - Fornecimento e Montagem de Disjuntores de 145kV;	23/05/2022	176
LTMC-PM-2022-5966	Hubbell (PA1)	IPARO - Fornecimento de Chaves Seccionadoras	30/04/2022	402
LTMC-PM-2022-7277	Pfiffner PA1 (TA1 - Spare Parts)	Peças de Reposição	28/07/2022	55
SGBH-(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	257
				27.276

Cronograma de vencimento

2024

Em R\$ mil

27.276

27.276

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente
103573/O-2

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ -